

ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS – PI (CORE)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

ADVOGADO



CARGO:

ADVOGADO

TURNO: MANHÃ



CADERNO DE PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita até os 15 minutos iniciais.
2. A prova consistirá de 50 questões com quatro alternativas (A, B, C e D) das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
3. Durante a prova, é vedado o intercâmbio e o empréstimo de qualquer material entre os candidatos.
4. Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos como: régua, dicionário, boné, calculadora, relógio digital, bem como outro material que possa indicar tentativa de fraude.
5. Esta prova terá duração de 3 horas, com início às 09h e término às 12h.



MAIS INFORMAÇÕES:

Internet:

www.institutomachadodeassis.com.br

Telefone: (86) 9438-4081

NOME DO CANDIDATO:

INSTITUTO MACHADO DE ASSIS – IMA

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTATES COMERCIAIS – PI (CORE)

RASCUNHO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova



LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES DE 1 A 10

INSTRUÇÃO:

Para responder a essas questões, assinale APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

REINO UNIDO RESTRINGE IMIGRANTES QUALIFICADOS DE FORA DA UNIÃO EUROPEIA

1 O Reino Unido anunciou nesta segunda-feira pela primeira vez a imposição de um limite à imigração de profissionais qualificados de fora da União Europeia.

2 Até abril do ano que vem, será permitido que 24,1 mil trabalhadores nessas condições se fixem no país --um corte de 5% em relação ao ano passado.

3 Segundo o governo britânico, a medida, de caráter temporário, tem como objetivo conter a imigração até o estabelecimento de um limite permanente, a ser definido após a realização de consultas a entidades empresariais.

4 O governo busca reduzir a entrada anual de imigrantes até que ela chegue ao nível dos anos 90 - promessa de campanha do Partido Conservador, que lidera a coalizão de governo britânica.

Controle

5 A ministra do interior, Theresa May, afirmou à BBC que havia um "claro acordo" no governo de coalizão para imposição de um limite até abril do ano que vem.

6 "A imigração tem sido muito boa para nós, mas a imigração incontrolada não é. Então, precisamos estabelecer controles", disse.

7 Ela acrescentou que a imigração foi um "tema-chave" nas eleições deste ano no Reino Unido e que era preciso "cumprir as promessas feitas".

8 O anúncio do governo britânico não prevê restrições à entrada de imigrantes da União Europeia, que formam um terço da força de trabalho estrangeira no país, nem à chegada de estudantes.

9 Também não serão afetados profissionais transferidos por multinacionais para o país. O ministro dos Negócios, Vince Cable, também afirmou que as restrições serão implementadas de "forma flexível", de forma a não prejudicar a recuperação econômica do país.

Críticas

10 Ainda assim, a medida é alvo de críticas de entidades empresariais, como a Federação dos Pequenos Negócios.

11 Os empresários temem que as restrições dificultem as contratações em períodos de alta demanda por trabalhadores.

12 O Partido Trabalhista, de oposição, também não poupou críticas à medida, que, segundo a legenda, afeta apenas um a cada sete imigrantes.

13 "É completamente sem sentido. No melhor dos casos, é um grande gesto. No pior, uma enganação", afirma Alan Johnson, porta-voz da legenda para assuntos relacionados à imigração.

14 Ele alega que já existem restrições ao recrutamento de mão-de-obra de fora da União Europeia.

15 Em 2008, mais de 500 mil pessoas chegaram ao Reino Unido, segundo as estatísticas mais recentes disponíveis. Quase metade desse total é formado por cidadãos da União Europeia ou britânicos de volta ao país.

Extraído da: BBC BRASIL (28/06/2010-17h24)

<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/758546-reino-unido-restringe-imigrantes-qualificados-de-fora-da-uniao-europeia.shtml>

QUESTÃO 01

A razão pela qual o Reino Unido resolveu restringir a imigração de profissionais qualificados vindos de fora da União Europeia foi:

- (A) O temor às restrições aos recrutamentos de mão de obra qualificada e barata fora do bloco econômico europeu.
- (B) A promessa de campanha feita pelo partido conservador que liderou a coalizão de forças que compõe hoje o governo britânico, como uma das formas para recuperar a economia.
- (C) Resguardar a economia e os empregos dos cidadãos ingleses evitando uma demissão coletiva como nunca se viu na história do país.
- (D) A redução anual da meta para que se atinja ao equilíbrio dos níveis anteriores aos anos 90.

QUESTÃO 02

Considerando-se o contexto em que aparecem, traduz-se de forma adequada o significado de um vocábulo do texto em:

- (A) (...) Theresa May, afirmou à BBC que havia um "claro acordo" no governo de **coalizão** = *aliança apartidária*
- (B) (...) a medida é **alvo** de críticas de entidades empresariais = *objeto*
- (C) (...) Também não serão **afetados** profissionais transferidos = *auscultados*.
- (D) (...) O anúncio do governo britânico não prevê **restrições** à entrada de imigrantes = *limitações*



QUESTÃO 03

No 8º parágrafo do texto, identifica-se, principalmente:

- I. A reprodução em discurso direto da fala da ministra do interior, responsável pelo anúncio feito pelo governo britânico, posicionando-se em relação ao assunto.
- II. Que o caráter da decisão governamental, parece ter sido pautado, além do fator econômico, por uma certa postura paternalista, muito sutil e velada, já que a medida tem um caráter excludente apenas aos profissionais não oriundos da União Europeia.
- III. A incompatibilidade em se conciliar o discurso do governo e a necessidade da força de trabalho estrangeira no país, além da presença necessária de estudantes.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

- (A) II e III
- (B) II
- (C) III
- (D) I e III

QUESTÃO 04

No trecho:

"(...) A imigração tem sido muito boa para nós, **mas** a imigração incontrolada não é. **Então**, precisamos estabelecer controles", disse.

As expressões destacadas denotam no trecho supracitado, respectivamente, noções de:

- (A) temporalidade & proporcionalidade
- (B) ressalva & conclusão
- (C) concessividade & conformatividade
- (D) adversidade & finalidade

Instrução: Considere o seguinte fragmento de texto para responder à questão de número 5.

O centro de todos os problemas dos países da União Europeia e até mesmo de países de economias em desenvolvimento, nas últimas décadas e muito principalmente nos dois últimos anos, em que o mundo assistiu ao colapso da maior economia do planeta, resumem-se no seguinte: priorizar a economia interna em detrimento das relações com outras economias emergentes e a concentração de grandes capitais em mercados especulativos rentáveis.

QUESTÃO 05

Há no texto acima um erro gramatical que viola uma premissa básica relacionada ao:

- (A) aspecto da colocação pronominal
- (B) aspecto da regência verbal
- (C) fenômeno da crase
- (D) aspecto da concordância verbal

QUESTÃO 06

Em "A União Europeia estava sendo conduzida pela mão segura do governo britânico", a transposição para a voz ativa deixará a forma verbal:

- (A) conduzira
- (B) tinha estado conduzindo
- (C) estava conduzindo
- (D) estivera conduzindo

QUESTÃO 07

A única opção em que o vocábulo destacado **não** é uma preposição é:

- (A) Todas as economias estavam corretas, **exceto** a americana.
- (B) Nós, brasileiros, fizemos tudo **conforme** nos pediram os EUA.
- (C) **Contra** a seleção brasileira pairam muitas suspeitas.
- (D) No Brasil nem todos são iguais **perante** a lei.

QUESTÃO 08

Há mais de uma forma correta e possível de concordância verbal na opção:

- (A) O Dunga com seu rebanho de anões futebolísticos rumou de volta para o Brasil.
- (B) Cantar e chorar revelarão a alegria e o desgosto do povo brasileiro com a seleção.
- (C) Não sereis vós que resolvereis o problema da seleção brasileira.
- (D) Um ou outro piloto de fórmula 1 treinará no autódromo de Interlagos pela tarde.

BRASIL E ESPANHA ELIMINADOS NA "COPA VERDE"

1. E se a Copa do Mundo fosse disputada em qualidade do ar e emissões de carbono? A revista digital **Grist** se fez essa pergunta. Se em vez de índice de gols a contenda fosse em torno do Índice de Desempenho Ambiental, o Brasil e a Espanha, favoritos na Copa real, seria eliminados nas oitavas. E isso porque a chave do Brasil é fraca, com Coreia do Norte (que tem o pior desempenho do mundo) e a Costa do Marfim.
2. A Espanha passa bem na primeira peneira, mas seu crescimento econômico galopante nos últimos anos baseada em carvão (moinho de vento lá ainda pertence mais à literatura) faz com que ela seja vencida pela Suíça, que na finalíssima bate a França e ganha a Copa.
O exercício da Grist é divertido. Para quem lê inglês, vale a pena.

Extraído da: BBC BRASIL

http://laboratorio.folha.blog.uol.com.br/arch2010-06-06_2010-06-12.html#2010_06-11_17_39_48-137758372-0



QUESTÃO 09

O 1º parágrafo do texto apresenta um desvio da norma padrão da língua, constituindo um erro gramatical, em nível de.

- (A) concordância nominal.
- (B) colocação pronominal.
- (C) concordância verbal.
- (D) emprego de conjunções.

QUESTÃO 10

No 2º parágrafo do texto acima há a ocorrência de:

- (A) uma figura de construção chamada silepse de número entre **França** e **Suíça**.
- (B) uso da figura sintática polissíndeto em relação ao pronome **que**.
- (C) emprego inadequado da conjunção **mas**.
- (D) erro gramatical de concordância nominal entre **crescimento** e **baseada**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÕES DE 11 A 50

QUESTÃO 11

É incorreto afirmar sobre a ação direta de inconstitucionalidade:

- (A) O Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição da República e os Tribunais de Justiça os responsáveis pela preservação da supremacia formal das Constituições estaduais em relação à legislação infraconstitucional e municipal.
- (B) No controle concentrado, não havendo suspensão da lei pelo Senado Federal, a lei continua válida e eficaz, só se tornando nula no caso concreto, em razão de sua não aplicação.
- (C) A ação direta de inconstitucionalidade é o controle de constitucionalidade de ato normativo em tese, abstrato, marcado pela generalidade, impessoalidade e abstração.
- (D) Busca-se, com a ação direta de inconstitucionalidade, expurgar do ordenamento a lei ou ato normativo viciado material ou formalmente, através da invalidação desta lei ou ato normativo.

QUESTÃO 12

Segundo o que dispõe o Regimento Interno do CORE-PI, o exercício da representação comercial, da agência comercial, distribuição e intermediação de negócios e/ou serviços, na base territorial do Conselho Regional, somente será permitido aos:

- (A) Representantes comerciais, pessoas naturais ou jurídicas, nele registrados e em dia com suas obrigações junto ao mesmo, de acordo com as normas regulamentares do exercício profissional, o Regimento Interno e o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais.
- (B) Representantes comerciais, pessoas jurídicas, nele registrados e em dia com suas obrigações junto ao mesmo, de acordo com as normas regulamentares do exercício profissional, e o Regimento Interno.
- (C) Representantes comerciais, pessoas naturais ou jurídicas, nele registrados e em dia com suas obrigações junto ao mesmo, de acordo com as normas regulamentares do exercício profissional, e o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais.
- (D) Representantes comerciais, pessoas jurídicas, nele registrados e em dia com suas obrigações junto ao mesmo, de acordo com as normas regulamentares do exercício profissional, e o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais.

QUESTÃO 13

Sobre as autarquias é incorreto afirmar que:

- (A) autarquias são entidades administrativas autônomas, criada por lei.
- (B) autarquias somente podem ser criadas por meio de lei específica, conforme o disposto no art. 47, inciso XIX.
- (C) o fato de a autarquia possuir personalidade jurídica, a coloca como titular de obrigações e direitos próprios, distintos daqueles pertencentes ao ente que a instituiu.
- (D) o INSS (instituto nacional do seguro social) é uma autarquia.

QUESTÃO 14

O advento da Lei nº 12.514 trouxe uma limitação à cobrança judicial de anuidades atrasadas promovidas por Conselhos de Classes, de forma que, atualmente, "os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a _____ vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente". Complete a lacuna:



- (A) Cinco.
- (B) Quatro.
- (C) Três.
- (D) Duas.

QUESTÃO 15

A respeito do recurso no processo civil, assinale a opção correta.

- (A) O prazo recursal para o revel que não tenha advogado constituído começa a correr a partir de sua intimação, isto é, da publicação da sentença no órgão oficial, sendo assegurado àquele, intimado por edital, o prazo em dobro para recorrer.
- (B) Com a interposição dos embargos de declaração, todos os demais prazos recursais são suspensos, e essa suspensão valerá para o embargante, para a parte contrária e para terceiros prejudicados.
- (C) Cabe agravo contra decisão que defira pedido de relevação de pena de deserção e fixe novo prazo para o recorrente efetuar o preparo, acolhendo-se a justificativa de justo impedimento.
- (D) A retenção de recurso especial interposto contra acórdão proferido no agravo de instrumento, deduzido em face de decisão interlocutória de primeiro grau, impõe ao recorrente reiterá-lo no prazo para a interposição do recusto contra decisão final, ou para as contra-razões.

QUESTÃO 16

No código civil existem diversos contratos tipificados, sobre os contratos é incorreto afirmar.

- (A) o contrato de compra e venda pode ser definido, conforme o art. 481, pelo contrato onde, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.
- (B) o contrato de compra e venda pode ser puro.
- (C) o contrato de compra e venda é oneroso e unilateral.
- (D) o contrato de doação pode ser aleatório.

QUESTÃO 17

Sobre a necessidade de registro no CORE-PI, julgue os itens a seguir:

- I. Serão registrados no Conselho Regional as pessoas jurídicas que tenham em seu nome comercial, denominação ou razão social as palavras “representação”, “representações comerciais”, “agência”, “distribuição” e “intermediação de negócios e/ou serviços”.
- II. É de 30 (trinta) dias da data da constituição das empresas de representação comercial, agência, distribuição ou intermediação de negócios e/ou serviços, individuais ou coletivas, o prazo para registro no Conselho Regional.

- III. A obrigatoriedade do registro também se estende às pessoas jurídicas que tiverem em seu objetivo social as atividades de representação comercial, agência, distribuição e intermediação de negócios e/ou serviços, assim como as pessoas naturais que exerçam as mencionadas atividades.

Marque a alternativa correta:

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Somente os itens I e III estão corretos.
- (C) Somente os itens I e II estão corretos.
- (D) Somente os itens II e III estão corretos.

QUESTÃO 18

Sobre o contrato de representação comercial, julgue os itens a seguir:

- I. Dentre os elementos que constarão obrigatoriamente, temos o prazo certo ou indeterminado da representação, a indicação da zona ou zonas em que será exercida a representação comercial e o exercício exclusivo ou não da representação a favor do representante.
- II. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato sem determinação de prazo.
- III. A exclusividade de representação é presumida na ausência de ajustes expressos.
- IV. É vedada no contrato de representação comercial a inclusão de cláusulas *del credere*, a menos que haja anuência expressa do representado.

Marque a alternativa correta.

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 19

Analise as alternativas a seguir e assinale a incorreta:

- (A) Para Celso Antônio Bandeira de Mello, as denominadas Entidades Públicas Não-Estatais (pós-reforma do Estado, por meio das Emendas nº 19 e 20) são pessoas privadas que colaboram com o Estado e que, entre os privilégios que recebem do Poder Público, está o conceito tributário da parafiscalidade.
- (B) Entende-se por Termo de Parceria o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades que sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.



- (C) As organizações sociais são entidades colaboradoras do poder público, em atividades relacionadas a ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura, saúde, entre outros, atendidos os requisitos previstos em lei.
- (D) As organizações sociais equiparam-se às organizações da sociedade civil de interesse público quanto a sua natureza jurídica.

QUESTÃO 20

Conforme o Código Tributário Nacional em seu Art. 74 § único, a prescrição se interrompe:

- (A) pelo protesto extrajudicial.
- (B) por qualquer ato judicial que não constitua em mora o devedor.
- (C) pelo à situação econômica do sujeito passivo.
- (D) pela citação pessoal feita ao devedor.

QUESTÃO 21

Julgue os itens a seguir, acerca dos bens públicos.

- I. Segundo jurisprudência dos tribunais superiores, os bens de sociedade de economia mista são considerados bens públicos.
- II. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas e imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e às necessidades de sua reprodução física e cultural são considerados bens públicos de uso especial, pertencentes ao estado em que se localizem.
- III. Os bens públicos não dispensam, no que diz respeito a sua defesa, a utilização de instrumento do qual pode se valer o particular para a defesa de seu patrimônio esbulhado ou turbado.
- IV. Se o bem público objeto de eventual esbulho for de uso comum ou de uso especial, é cabível a retomada por meio de atos auto-executórios.

A quantidade de itens certos é igual a:

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.

QUESTÃO 22

Lei municipal, contrariando a Constituição Federal, institui imposto sobre operações de circulação de livros e jornais. De acordo com o sistema de controle de constitucionalidade, essa lei municipal:

- (A) É válida, pois o ICMS é da competência municipal.
- (B) É válida e constitucional, devido à competência residual do Município.

- (C) É inconstitucional, passível de controle difuso de constitucionalidade.
- (D) É passível de controle concentrado apenas, mediante ação declaratória de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 23

São Agentes Públicos que recebem a incumbência da Administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica, mediante remuneração do Poder Público:

- (A) Agentes Delegados
- (B) Agentes Credenciados
- (C) Agentes Honoríficos
- (D) Servidores Públicos

QUESTÃO 24

Julgue os itens a seguir acerca de impostos municipais:

- I. O IPTU é um imposto de competência municipal e somente pode ser criado por lei municipal ou, na hipótese de existência de território federal, pelo governo do próprio território.
- II. O fornecimento de concreto, por empreitada, para a construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, é prestação de serviços, sujeitando-se à incidência de Imposto Sobre Serviços (ISS).
- III. Visando dar efetividade ao princípio da capacidade contributiva, é lícito que lei municipal fixe adicional progressivo do IPTU em função do número de imóveis do contribuinte.
- IV. Em caso de falecimento do proprietário do imóvel, o IPTU será cobrado pelo município em que se processar o inventário.

A quantidade de itens incorretos é igual a:

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.

QUESTÃO 25

Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular. A dívida regularmente inscrita:

- (A) Gera a presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.
- (B) Gera a certeza e liquidez, mas não tem efeito de prova pré-constituída.

- (C) Estabelece o termo para fluência dos juros de mora.
- (D) Constitui em definitivo o crédito tributário.

QUESTÃO 26

A ação para cobrança do crédito tributário está sujeita a prazo:

- (A) Decadencial de 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício civil seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado;
- (B) Prescricional de 180 (cento e oitenta) dias, contados da inscrição do crédito tributário na dívida ativa;
- (C) Prescricional de 20 (vinte) anos, contados do vencimento do prazo para pagamento;
- (D) Prescricional de 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

QUESTÃO 27

Sobre as partes e procuradores é correto:

- (A) Os empregados e os empregadores não poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, haja vista o “*ius postulandi*”.
- (B) Nos dissídios individuais os empregados e empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado, solicitador, ou provisionado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) Nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado ou provisionado.
- (D) A procuradoria da Justiça do Trabalho, não poderá ajuizar reclamação trabalhista em hipótese alguma.

QUESTÃO 28

Em relação à ação anulatória de dívida fiscal inscrita, pode-se afirmar que:

- (A) Para a sua propositura, é indispensável o depósito do valor integral da dívida;
- (B) Poderá ser proposta com o depósito do valor integral da dívida, hipótese em que suspenderá a exigibilidade do débito;
- (C) Não poderá ser proposta após ajuizamento da execução fiscal;
- (D) Tem âmbito restrito à discussão sobre a validade formal do ato de inscrição da dívida.

QUESTÃO 29

As hipóteses previstas no CTN para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não incluem:

- (A) o pagamento parcial do tributo.
- (B) o depósito do seu montante integral.
- (C) a medida liminar em ação judicial.
- (D) o parcelamento.



QUESTÃO 30

Supondo que na Prefeitura de Teresina fosse promulgada lei municipal que determine o cancelamento de débitos fiscais, já lançados, para com a Fazenda Municipal de valor inferior a R\$ 200,00 (duzentos) reais. O vertente caso trata-se de uma:

- (A) Isenção.
- (B) Remissão.
- (C) Anistia.
- (D) Prescrição.

QUESTÃO 31

A obrigação tributária principal tem por objeto:

- (A) a escrituração de livros contábeis.
- (B) o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária
- (C) a prestação de informações tributárias perante a autoridade fiscal competente.
- (D) a inscrição da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

QUESTÃO 32

Sobre as ações constitucionais, marque a alternativa INCORRETA.

- (A) a constituição federal prevê no art.5º, LXVIII, que conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.
- (B) segundo entendimento pacífico no Supremo Tribunal Federal não compete ao Tribunal de Justiça, em face dos arts. 96, III, e 125, § 1º, da Constituição Federal, processar e julgar *habeas corpus* contra ato ilegal imputado a promotor de justiça.
- (C) a impetração de *habeas corpus* e a interposição do respectivo recurso ordinário, referentes ao mesmo ato, são conciliáveis.
- (D) ocorrido empate na decisão em sede de *habeas corpus*, cumpre proclamar a decisão mais favorável ao paciente.

QUESTÃO 33

Preencha corretamente as lacunas acerca do posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade dos seguintes temas:

- I. Lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.



- II. O estabelecimento de remuneração inferior ao salário-mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.
- III. A exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- IV. A adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- V. A incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.

Dos temas acima, quantos são considerados CONSTITUCIONAIS pelo STF?

- (A) Cinco.
- (B) Quatro.
- (C) Três.
- (D) Dois.

QUESTÃO 34

Assinale a opção correta a respeito do que dispõe a Lei n.º 9.868/1999.

- (A) Proposta a ação direta, só se admitirá desistência se ouvidos, previamente, o advogado-geral da União e o procurador-geral da República.
- (B) A decisão proferida em sede de cautelar, seja ela concessiva ou não, será dotada de eficácia contra todos, com efeito ex nunc, salvo se o STF entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.
- (C) O relator, em face da relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, poderá, após a prestação das informações e a manifestação do advogado-geral da União e do procurador-geral da República, sucessivamente, submeter o processo diretamente ao STF, que terá a obrigatoriedade de julgar definitivamente a ação no prazo de até dez dias.
- (D) A medida cautelar em ação direta de Inconstitucionalidade poderá ser concedida no período de recesso do Tribunal.

QUESTÃO 35

A respeito do controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir:

- I. ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, tendo em vista razões de segurança jurídica e excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria absoluta de seus membros, modular os efeitos da decisão.
- II. a Constituição Federal preceitua que somente pelo voto da maioria de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

- III. para o Supremo Tribunal Federal não cabe ação direta de inconstitucionalidade para atacar lei ou ato normativo de eficácia exaurida.
- IV. inexistirá, perante o Supremo Tribunal Federal, controle concentrado por ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal.

- (A) Apenas I e III estão corretas.
- (B) Apenas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas I e II estão corretas.
- (D) Apenas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 36

Sobre a intervenção municipal, marque a assertiva correta:

- (A) Não cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.
- (B) A intervenção em município, desde que verificada uma das hipóteses que a possibilitem, compete ao Supremo Tribunal Federal se localizado em Território Federal.
- (C) Quando a intervenção implicar no afastamento de autoridades municipais, estes ficam impedidos de retornar aos seus cargos mesmo após cessada a medida interventiva.
- (D) A União Federal poderá requerê-la, desde que sejam violados por quaisquer Municípios algum dos princípios constitucionais sensíveis.

QUESTÃO 37

Sobre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, marque a opção incorreta:

- (A) É inviolável o sigilo das comunicações telegráficas, salvo nas hipóteses de decretação de estado de defesa e de sítio.
- (B) O domicílio é asilo inviolável, salvo em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, em qualquer horário e independentemente do consentimento do morador.
- (C) Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa, convicção filosófica ou política mesmo quando as invoque para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e se recuse a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- (D) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício da profissão.

QUESTÃO 38

Quanto às disposições do Código Civil de 2002, julgue os itens abaixo:

- I. Aplica-se à dação em pagamento o regime jurídico dos vícios redibitórios.
- II. Opera-se novação quando o devedor oferece nova garantia ao credor.
- III. Em caso de obrigação facultativa, o perecimento da coisa devida não implica a liberação do devedor do vínculo obrigacional, podendo-se dele exigir a realização da obrigação devida.
- IV. Caso o sub-rogado não consiga receber a importância devida, ele poderá cobrá-la do credor original.

Dos itens acima, quantos estão CORRETOS?

- (A) Três.
- (B) Dois.
- (C) Um.
- (D) Zero.

QUESTÃO 39

Quanto aos negócios jurídicos marque a alternativa correta:

- (A) O prazo de decadência para postular a anulação de um negócio jurídico é de três anos, contado no caso da coação no dia em que ela cessar.
- (B) Com relação ao negócio jurídico, o silêncio não importa anuência, ainda que as circunstâncias ou os usos os autorizem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- (C) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso de tempo.
- (D) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se for válido na substância e na forma.

QUESTÃO 40

Quando da formação do contrato:

- I. Deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo à pessoa presente, não foi imediatamente aceita;
- II. Os contratos entre ausentes deixam de ser perfeitos se, antes da aceitação, ou com ela, chegar ao proponente a retratação do aceite;
- III. Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, mesmo se o proponente não houver ser comprometido a esperar a resposta;
- IV. A proposta é obrigatória quando, feita com prazo à pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.

São verdadeiras as afirmativas:

- (A) I e II, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I, II e III, somente.
- (D) II e III, somente.



QUESTÃO 41

Em relação aos contratos:

- I. É nulo o contrato de comissão firmado sem a estipulação da remuneração devida ao comissário, visto tratar-se de contrato oneroso;
- II. A preferência impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que ele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto;
- III. O comodatário poderá exigir do comodante o reembolso das despesas com o uso e conservação do bem.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas as de número I e II estão corretas;
- (B) Apenas a de número II está correta;
- (C) Apenas a de número III está correta;
- (D) Todas estão corretas.

QUESTÃO 42

Para serem válidos, os atos administrativos precisam atender a alguns requisitos. Sobre os requisitos de validade, assinale a alternativa correta:

- (A) Objeto é a alteração no mundo jurídico que o ato administrativo se propõe a processar, ou seja, sua finalidade.
- (B) A lei pode autorizar expressamente, por meio do fenômeno da avocação, a um agente transferir uma função que lhe é atribuída a outro hierarquicamente inferior.
- (C) São requisitos de validade a competência, o objeto, a forma, o motivo e a imperatividade.
- (D) Pela teoria dos motivos determinantes, o motivo do ato administrativo deve sempre ser compatível com a situação de fato que gerou a emanção do ato.

QUESTÃO 43

O Funcionário Público que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, incorre no crime de:

- (A) Corrupção Passiva
- (B) Prevaricação
- (C) Concussão
- (D) Peculato

QUESTÃO 44

Acerca das pessoas jurídicas e entes despersonalizados é INCORRETO afirmar:

- (A) Que as fundações podem ser criadas por atos *inter vivos* ou *causa mortis*.
- (B) Que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral.

- (C) Que, nas sociedades cujos atos não forem registrados, a responsabilidade do sócio é limitada.
- (D) Que o registro de pessoas jurídicas é constitutivo de personalidade.

QUESTÃO 45

A respeito da petição inicial no processo de conhecimento, é INCORRETO afirmar:

- (A) Independentemente da manifestação do réu, poderá o juiz indeferir a petição inicial se verificar desde logo a decadência legal.
- (B) O não atendimento à determinação judicial para promover a emenda da petição inicial, poderá acarretar o seu indeferimento.
- (C) É facultado ao autor não indicar qualquer valor para a causa, quando não tiver condições de estabelecê-la inicialmente.
- (D) Poderá o autor alterar o pedido antes de citado o réu, desde que pagas eventuais custas acrescidas por conta da alteração.

QUESTÃO 46

Não dependem de prova os fatos:

- (A) Em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
- (B) Notórios, apenas.
- (C) Incontrovertidos, apenas.
- (D) Alegados pela parte sempre que a outra parte for revel.

QUESTÃO 47

Destas afirmações, só uma é correta. Indique-a:

- (A) Quando é parte a Fazenda Pública ou Ministério Público, o prazo de um e de outra para contestar será contado em quádruplo e para recorrer em dobro.
- (B) Os litisconsortes têm prazo em dobro para contestar, recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- (C) Porque equiparado ao litisconsorte, também o oponente tem prazo em dobro.
- (D) As partes podem, desde que estejam todas de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

QUESTÃO 48

Na penhora de dinheiro, é INCORRETO afirmar que:

- (A) É a primeira espécie na ordem legal de bens penhoráveis.
- (B) Pode ser efetivada por meio eletrônico, desde que requerida pelo credor.
- (C) O juiz, de ofício, utilizando meio eletrônico, determinará a constrição de dinheiro depositado em contas bancárias ou aplicações financeiras.
- (D) Compete ao devedor provar que o dinheiro depositado é absolutamente impenhorável porque são honorários de profissional liberal.



QUESTÃO 49

Assinale a correta sequência de Verdadeiro (V) ou Falso (F):

- I. O conceito de empresário trazido pelo Código Civil Brasileiro perpassa a ideia de que aquele que apenas eventualmente se arrisca em determinada iniciativa, mesmo a fazendo de maneira organizada e visando a aquisição de lucros, não é empresário.
- II. Reza o ordenamento jurídico brasileiro, que os cônjuges podem contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que sejam casados em regime de comunhão universal.
- III. Em se tratando de restabelecimento, o Código Civil proíbe que, nos três anos subsequentes à transferência, o alienante do estabelecimento faça concorrência ao adquirente. Comportando, todavia a exceção de o alienante a autorizar expressamente, mediante instrumento público.

- (A) V, F, F.
- (B) F, F, V.
- (C) V, F, V.
- (D) F, F, V.

QUESTÃO 50

Os atos extrajudiciais que interrompem a prescrição da pretensão à execução do emitente de cheque incluem o (a):

- (A) devolução do cheque pelo sacado por insuficiência de fundos.
- (B) protesto cambial.
- (C) envio de correspondência notificando o não pagamento.
- (D) saque de duplicata à vista em substituição ao cheque devolvido.